



ref

MANDATO 2017-2021

SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA

ATA NÚMERO DOIS

Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia da Penha de França, na sua Sede, sita na Rua Morais Soares, nº32, em Sessão Ordinária, sob a presidência de Maria Luísa Rodrigues das Neves Vicente Mendes, coadjuvada pelo Primeiro Secretário, Nuno José Simões Carvalho, e pelo Segundo Secretário, António Neira Nunes. -----

Assinaram a Lista de Presenças, para além dos já mencionados, os seguintes Membros da Assembleia de Freguesia: -----

Pelo PS: José de Carvalho Ferreira, Maria de Fátima Carmona Travancinha Leal Gil, Maria Luiza Correia Valente, Maria de Fátima Duarte Dias do Carmo, Paulo Manuel da Costa Amaral Prazeres Pais e Elsa Maria Noura do Sacramento; -----

Pelo PSD: Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, João Paulo Bernardo Farrim e Jorge Manuel Fernandes Duarte das Neves; -----

Pelo PCP: Daniel Alexandre Machado de Oliveira, Anabela de Oliveira Vogado e Carlos Alberto Marques Tibúrcio; -----

Pelo BE: Rui Emanuel Antunes de Seixas e Ana Cristina Duarte Neno Rato; -----

Pelo CDS/PP: Pedro Raul Pires Dias de Calheiros Cardoso; -----

Pelo PAN: Filipe Tiago Pimentel Rações. -----

Constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia de Freguesia declarou aberta a reunião. -----

PONTO NÚMERO UM

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia saudou todos os presentes e chamou as eleitas Maria de Fátima Duarte Dias do Carmo e Dina Esmeralda Gomes do Monte para tomarem posse como Membros efetivos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia. -----

O Membro Dina Esmeralda Gomes do Monte apresentou um pedido de substituição para a presente reunião, por motivos de doença, sendo substituída por Elsa Maria Noura do Sacramento, que tomou posse como Membro substituto pelo Partido Socialista. -----

Indicou que haviam, também, dois pedidos de substituição da parte do PSD, tomando posse como Membros substitutos João Paulo Bernardo Farrim e Jorge Manuel Fernandes Duarte das Neves. -----

Informou que haviam duas inscrições do público para intervir, relembrando os mesmos teriam cinco minutos para exporem os seus assuntos e que as inscrições para as intervenções deveriam ser efetuadas antes do início da Sessão. -----

A Senhora *Ana Maria de Abreu Fernandes*, moradora na Rua Sebastião Saraiva Lima, indicou que se apresentava como representante do Grupo das Oficinas de Teatro da Penha de França, e em nome do Grupo indicou quem eram, as razões pelas quais se tinham inscrito na atividade e de seguida expôs a ausência de condições de higiene e a falta de apoio da parte da Junta de Freguesia ao trabalho desenvolvido pelas Oficinas de Teatro, solicitando uma resolução de todas as situações apresentadas. Terminou entregando um documento assinado por todos os elementos à Mesa para que pudesse ser enviado à Junta de Freguesia. -----

O Senhor *António Alcino Vaz*, morador na Praça Paiva Couceiro, indicou questões de estacionamento abusivo e desorganizado nas traseiras do seu prédio, no Largo Alferes Francisco Duarte, tendo já exposto a questão em vários executivos anteriores, sem ter tido até à data qualquer resposta. Referiu que devido ao estacionamento desorganizado, as viaturas ficam impedidas de sair, provocando buzineladas a diferentes horas da madrugada, impedido o descanso dos moradores. -----

Indicou, também, que haviam moradores a atirar sacos de lixo variado, do terceiro ou quarto andar, para a rua, sem que houvesse qualquer multa ou intervenção das entidades competentes. -----

Referiu-se ao Comunicado sobre a vinda da EMEL, mostrando-se contra a mesma, e indicando que as questões de estacionamento estavam iguais ou piores e que não tinha ainda visto qualquer fiscalização nem da parte da EMEL nem da Polícia Municipal. Indicou que esteve quinze minutos à procura de lugar par estacionar, tendo ele o dístico

da EMEL, tendo apenas encontrado lugar a 200 metros de distância do seu domicílio, o que provava que a vinda da EMEL era tudo menos boa e que não via resultados positivos. -----

Ainda sobre questões de higiene, indicou que havia quem viesse alimentar os pombos na Praça Paiva Couceiro sem qualquer punição. -----

Solicitou que fossem tomadas providências em relação aos assuntos que tinha indicado, dentro das possibilidades existentes e competências da Junta de Freguesia. ----

----- **PONTO NÚMERO DOIS** -----

----- **ATA N°1** -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação a Ata n°1 referente à 1ª Sessão Ordinária, de 23/10/2017, lembrando que apenas os presentes na referida Reunião poderiam votar. -----

O Membro do PSD, *Afonso Pereira Costa*, informou a Mesa de que o PSD tinha requerido um Parecer sobre a legitimidade da Tomada de Posse, encontrando-se a aguardar a sua chegada. -----

A *Senhora Presidente da Mesa da Assembleia* indicou que a Ata podia e ia ser votada, agradecendo o envio do Parecer, caso o Membro do PSD achasse por bem enviá-lo à Mesa. -----

O Membro do PSD, *Afonso Pereira Costa*, indicou que o PSD se iria abster na votação, não pelo seu conteúdo, mas por considerar que o Ato de Instalação tinha tido procedimentos incorretos. -----

– **Ata Número Um**, da Primeira Sessão Ordinária, de 23 de outubro de 2017 -----

– **Aprovada por Maioria – com a Abstenção o PSD** -----

----- **PONTO NÚMERO TRÊS** -----

----- **Regimento da Assembleia de Freguesia** -----

A *Senhora Presidente da Mesa da Assembleia* indicou que a Assembleia de Freguesia tinha, já no Mandato anterior, um Regimento e era com base nesse mesmo Regimento que as Sessões eram conduzidas. Informou que tinha sido feita uma revisão a esse mesmo Regimento, em Reunião de Comissão de Líderes, dando origem ao novo Regimento que iria reger os trabalhos da atual Assembleia de Freguesia. -----

– *Regimento da Assembleia de Freguesia da Penha de França para o Mandado 2017-2021*; -----

– *Aprovado por Unanimidade* – e como indicado no mesmo, entrava de imediato em vigor. -----

Indicou que, dada a entrada imediata em vigor do novo Regimento, iria começar a colocar à votação as Deliberações para contarem na Ata-Minuta. -----

– *Ata-Minuta Aprovada por Unanimidade* -----

----- PUNTO NÚMERO QUATRO -----

----- *Comissões Permanentes da Assembleia de Freguesia da Penha de França* -----

A Senhora Presidente da Mesa informou que tinha sido deliberado, em reunião de Comissão de Líderes, e já há luz do presente Regimento, propor à Assembleia a constituição das seguintes seis Comissões Permanentes: -----

- Comissão Permanente de Desporto e Associativismo, coordenada pelo PCP; -----

- Comissão Permanente de Educação, Cultura e Juventude, coordenada pelo BE; -----

- Comissão Permanente de Urbanismo, Gestão Territorial e Sustentabilidade, coordenada pelo PAN; -----

- Comissão Permanente de Habitação e Acompanhamento de Obras em Edifícios Municipais, coordenada pelo CDS/PP; -----

- Comissão Permanente de Desenvolvimento Social e Saúde, coordenada pelo PS; ---

- Comissão Permanente de Finanças e Património, coordenada pelo PSD; -----

– *Proposta de constituição das Comissões Permanentes aprovada por unanimidade*-----

Informou que a indicação dos Membros para integrar cada uma das Comissões seria da responsabilidade das Forças Políticas. -----

– *Ata-Minuta Aprovada por Unanimidade* -----

----- PUNTO NÚMERO CINCO -----

----- Período Antes da Ordem do Dia -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia informou que haviam três Votos de Saudação, quatro Moções e três Recomendações que seriam postas à votação após as intervenções. -----

O Membro do PSD, *Afonso Pereira Costa*, saudou os presentes, e indicou que iria dar dois testemunhos, tendo em conta que as Forças Políticas não podiam intervir no Ponto de Intervenção do Público. -----

O primeiro era relativo às Oficinas de Teatro da Penha de França, que tinham sido criadas há quinze anos, na Freguesia da Penha de França, e cujo Presidente na altura era o falecido Jofre. Indicou que tinha sido a sua primeira experiência na Assembleia de Freguesia e recordava-se de o Executivo ser partilhado entre o PSD e o PS. Tendo isso em conta, via com algum desagrado o que tinha sido testemunhado pelos alunos da Oficina de Teatro. Considerava que a Junta de Freguesia tinha a obrigação de providenciar melhores condições para as Oficinas para poder haver a continuidade do projeto que tinha tido sucesso ao longo dos anos, tendo o mesmo sido acarinhado pelos Membros do Executivo da Penha de França, independentemente da sua Força Política. Esperava que um projeto cultural com a dimensão daquele não terminasse e que pudesse continuar a funcionar. -----

Relativamente ao enunciado pelo Senhor Alcino Vaz, indicou que não iria tecer muitas considerações, tendo em conta que a responsabilidade de dar resposta cabia ao Executivo e o Executivo não a quis dar na altura própria. Informou que a entrada da EMEL não era uma competência da Junta de Freguesia, mas que tinha sido a pedido da Junta de Freguesia, facto esse amplamente enunciado durante a sua campanha eleitoral. A entrada da EMEL, e tal facto tinha sido várias vezes afirmando pela Senhora Presidente, foi pedida pela Junta de Freguesia, tendo o PSD sido uma das Forças, na Assembleia de Freguesia, a opor-se à entrada, continuado a achar que não era a solução certa para uma zona residencial e que a Senhora Presidente continuava a achar, e ele próprio lhe louvava a convicção, que a EMEL iria solucionar os problemas de estacionamento na Freguesia. Considerava que, até ao momento, o PSD mantinha a sua razão, mas desejava que a Senhora Presidente estivesse certa, uma vez que tal seria positivo para a população, uma vez que depois de entrar, muito dificilmente a EMEL sairia da Freguesia. Esperava que o PSD viesse a estar errado, caso contrário a decisão do Executivo vir-se-ia a provar muito errada. -----

O Membro do CDS/PP, **Pedro Cardoso**, saudou os presentes, e indicou que subscrevia o que tinha sido dito pelo Membro do PSD, mas que tinha algumas considerações a tecer sobre as Oficinas de Teatro. -----

Em primeiro lugar, indicou que o CDS/PP tinha solicitado à Senhora Presidente um esclarecimento sobre esta matéria, no dia dez de novembro, esclarecimento esse que visava perceber se havia alguma pretensão em afastar o encenador ou em acabar o projeto e se o encenador se enquadrava em situação de precariedade. Considerava a resposta dada pela Junta como insatisfatória e centrava-se na precariedade real do trabalhador em questão e não compreendia a analogia contratual que constava da mesma, ficando por responder algumas das questões colocadas, nomeadamente relacionadas com a continuidade do projeto, com as motivações do Executivo com esta tomada de decisão e se se tratava de uma extinção do projeto ou uma mera mudança do seu responsável, uma vez que circulavam rumores da existência de um novo projeto de teatro da Freguesia, e se os direitos dos intervenientes estariam assegurados. -----

Relativamente ao pedido de Esclarecimentos sobre o Estatuto do Direito de Oposição e sobre a questão da maternidade que o CDS tinha apresentado, e quem seria o representante legal da Senhora Presidente, coisa que até à data desconheciam, e se podia haver alguma nulidade dos atos oficiais, uma vez que a Lei Geral do Trabalho impedia o desempenho de funções nas primeiras seis semanas pós-parto, direito inalienável da mãe. Indicou que já tinha recebido os devidos esclarecimentos, e que considerava o assunto encerrado. -----

Lamentava as questões que tinham surgido em relação às Oficinas de Teatro, tendo em conta que o projeto tinha funcionado bem durante quinze anos e que agora funcionava mal, levantando questões de fundo que passavam por assumir, ou não, o seu término, facto que considerava importante ser explicado, juntamente com todas as questões já indicadas. -----

O Membro do PSD, **Jorge Neves**, saudou os presentes, como Membro da bancada e não como Membro do público como era habitual. Indicou que gostava de informar sobre uma situação com a qual se deparava diariamente e que lhe causava algum transtorno, da parte da manhã. A situação verificava-se na esquina da Rua da Penha de França com

a Rua Heliodoro Salgado, local como haviam obras e a presença de um agente da PSP a controlar o trânsito, mas que em nada ajudava à fluência do mesmo. Dada o formato dos trabalhos, que se encontravam parados há já algum tempo, questionou se os mesmos seriam para fazer lugares de estacionamento. Indicou que, dada a situação do tráfego, já tinha chegado a demorar trinta minutos a chegar dali à Vila Rosário. Solicitava à Senhora Presidente os devidos esclarecimentos sobre o assunto. -----

O Membro do BE, **Cristina Neno**, saudou os presentes e, referindo às duas intervenções do público, partilhava da opinião de que a EMEL ainda não tinha resolvido, e duvidava que viesse a resolver, as questões de estacionamento, e relembro que no final do mandato anterior já tinham sido trazidas questões sobre problemas na higiene urbana, tendo o Bloco de Esquerda se pronunciado na altura devida. -----

Em relação ao Grupo de Teatro, solicitou um esclarecimento sobre a matéria, uma vez que se tentou informar sobre a presente situação. Reiterava as questões já colocadas sobre a continuidade do projeto, do seu encenador, do formato, e sobre a existência de um novo grupo. Solicitava que a Senhora Presidente desse as devidas informações e esclarecimentos sobre a questão. -----

Por último gostava de abordar o assunto referente à Sede do Ginásio do Alto do Pina, um processo já com alguns anos, e tendo recebido uma ordem de despejo, a resolução, ou tentativa de resolução, tinha-se tornado urgente, tendo tido o apoio e abertura quer da Junta de Freguesia, quer da Câmara Municipal, e quer do BE, que tinha apresentado uma Recomendação em Assembleia Municipal, aprovada por unanimidade, o que demonstrava o entender das diversas Forças Políticas em apoiar o associativismo, os Clubes desportivos e recreativos, o que causava alegria ao BE por defenderem todos uma causa comum. -----

O Membro do PSD, **João Paulo Farrim**, saudou os presentes, após um longo período de ausência das lides autárquicas, desejando que todos pudessem fazer um bom trabalho em benefício da população da Freguesia. -----

A sua intervenção prendia-se com a ocupação abusiva do passeio por um parquímetro, na Rua Estácio da Veiga. O referido parquímetro impedia a circulação de pessoas com deficiência. Fosse uma pessoa em cadeira de rodas, um invisual ou ele

próprio com um andarilho, não conseguiram circular naquela zona, o que lhe causava alguma perplexidade, a nível da gestão autárquica da CML, que construía passeios megalómanos, que suprimia vias de circulação para colocar canteiros, que construía pontes pedonais para bicicletas e que raramente eram utilizadas, e depois permitia-se situações como a que ele estava a reportar: a ocupação de um passeio, já de si limitado, com um parquímetro. -----

A sua questão ao Executivo era o que a Junta tinha sido feito para resolver a situação, que já tinha sido reportada. Solicitava, e agradecia, o envio de cópia de e-mails, ofícios enviados e transcrição de telefonemas feitos e quais as respostas obtidas. -----

O Membro do PSD, *Afonso Pereira Costa*, saudava o colega João Paulo Farrim pelo seu regresso após quatro anos de ausência das lides autárquicas. -----

Indicou que nas traseiras da Igreja da Penha de França, na Rua Marques da Silva, existia outra situação de ocupação do passeio com um parquímetro ainda mais escandalosa em adição a ter carros estacionados em cima do passeio, obrigando os transeuntes a ter de circular no meio da estrada. Compreendia a necessidade da existência de estacionamento, mas quando se alegava que se estava a alargar os passeios na cidade e a suprimir circulação automóvel e depois a própria EMEL tarifava zonas em cima do passeio era, no mínimo, surreal. O PSD sabia bem que o objetivo final da EMEL era taxar, mas ao menos que taxasse com alguma qualidade para os utentes. -----

Tendo sido ex-dirigente do Ginásio do Alto do Pina durante alguns anos, iria agarrar a oportunidade para salientar que, de facto, o BE tinha apresentado uma Recomendação em Sede da Assembleia Municipal, que tinha sido aprovada por unanimidade, e a questão da Sede do Ginásio do Alto do Pina era uma questão já com vários anos, tinha tido uma solução que não tinha vingado, mas que esperava que a breve trecho trazer uma solução definitiva, uma vez que os terrenos dos antigos lavadouros, junto ao Jardim Bulhão Pato já se encontravam cedidos desde o tempo do Santana Lopes como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, e achava que em conjunto todas as Forças Políticas poderiam encontrar uma solução. -----

No entanto não queria deixar passar em claro que há três meses atrás o despejo do Ginásio do Alto do Pina não estava ainda decidido. Indicou que, a pedido do Ginásio do

Alto do Pina, e em plena campanha eleitoral, fez de testemunha, enquanto autarca, e enquanto ex-presidente da Freguesia de São João, no processo de despejo. Lamentava que outros autarcas não tenham comparecido quando o Ginásio do Alto do Pina lhes solicitou. -----

O Membro do PSD, **João Paulo Farrim**, chamava à atenção do Executivo para um pequeno, mas importante, aspeto sobre a Lei 48/2017, de 17 de julho, que obrigava todos os organismos públicos a criarem lugares de estacionamento para deficientes para um fácil acesso aos serviços, e que se aplicava, também, à Junta de Freguesia, tendo em conta que os lugares de estacionamento que existiam estavam reservados às viaturas da Junta de Freguesia. -----

O Membro do BE, **Rui Seixas**, saudou os presentes, e lembrou que o BE já tinha, em anos anteriores, demonstrado preocupação sobre a entrada da EMEL na Freguesia, provocando as situações já ilustradas em diversas intervenções, e como na praça da Rua Carlos Ribeiro, que obrigava ao estacionamento em cima de pilaretes colocados pela Junta de Freguesia, e como demonstrado na frustração dos moradores que adquiriram o dístico, que tinham depositado na EMEL a esperança de terem um lugar para estacionarem as suas viaturas quando regressassem a casa, e que tal não se verificava. A entrada da EMEL na Freguesia iria empurrar a pressão do estacionamento para lugares não taxados, dentro e fora da Freguesia, acabando por ser apenas um varrimento do problema para debaixo do tapete. O Bloco de Esquerda defendia uma solução integrada de política de transportes que diminuísse, efetivamente, o uso do transporte individual. -----

Por fim, gostaria de informar que, através da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Juventude, o Bloco estaria preparado para dar o apoio necessário ao Grupo de Teatro. -----

O Membro do PAN, **Filipe Pimentel Rações**, saudou os presentes, e indicou que, uma vez abertas as “hostilidades” em relação ao estacionamento, não poderia deixar de dar tecer algumas considerações sobre a matéria. Informou que o PAN tinha apresentado, em 2016 e em 2017, duas Recomendações em Sede da Assembleia Municipal, no sentido de regular o trânsito na Freguesia da Penha de França, tendo uma

delas sido aprovada por unanimidade, e a segunda por maioria. Não tinha, até à data, visto qualquer tipo de repercussão dessas mesmas recomendações na Freguesia. Nesse sentido questionava se o Executivo teria conhecimento sobre as referidas Recomendações e, a ter conhecimento, se teria planos para a sua implementação. -----

Informou que uma das Recomendações se prendia com a colocação de pilaretes para impedir o estacionamento desregulado e em cima dos passeios, não só nas divisórias ao longo da Avenida Mouzinho de Albuquerque, mas também nas zonas de passagem de uma via para a via do sentido oposto. Indicou os exemplos das Praças João Azevedo Coutinho e Aires de Ornelas, e da dificuldade em virar para entrar nas mesmas em sentido descendente devido ao estacionamento desregulado. -----

O PAN demonstrava o seu desagrado sobre a iniciativa da entrada da EMEL na Freguesia, indicando que não era a lançar a EMEL sobre o estacionamento desregulado que a questão seria resolvida, passando sim pela criação de espaços de estacionamento sustentáveis que pudessem suportar o estacionamento e o fluxo rodoviário que a Freguesia recebia diariamente. -----

O Membro do PCP, **Daniel Oliveira**, saudou os presentes, e indicou que o PCP tinha vindo a dar bastante atenção à temática da EMEL, e que já desde muito cedo alertado para as questões que iriam ser provocadas, e tendo realizado uma ação de esclarecimentos, há cerca de um ano, tendo-se vir a cumprir, infelizmente, o que tinha sido previsto: o estacionamento continuava difícil, não havendo solução à vista em relação ao estacionamento noturno, apesar de ter simplificado o estacionamento durante o dia, uma vez que era uma zona residencial, e que os moradores cediam os seus lugares, regressando apenas à noite, onde os problemas continuavam, dado que não existiam lugares de estacionamento suficientes para servir toda a Freguesia. -----

Considerava, também, grave o processo de implementação da EMEL na Freguesia, com falta de informação ou informação insuficiente, referindo o Aviso já indicado previamente, tendo os moradores corrido para adquirir o dístico, sem que o taxamento entrasse em vigor e sem que fosse prestado um serviço útil à população. Era este o facto que indignava o PCP, tendo já questionado do Executivo sobre a questão, e sendo o PCP contra a entrada da EMEL na Freguesia, já que tinham obrigado as pessoas a ir

comprar o dístico que viessem fiscalizar devidamente e organizar o estacionamento na Freguesia, algo que não estava a acontecer, aparentemente por questões burocráticas que impediam a entrada em funcionamento. O PCP já tinha alertado que antes da entrada em vigor deviam ter sido criados mais lugares de estacionamento, havendo parques de estacionamento já em construção, Propostas feitas pelo PCP e aprovadas por unanimidade em reunião da Câmara Municipal. Esperava que o problema fosse resolvido sem que fosse apenas criada mais uma taxa, por uma entidade que cobrava e pouco ou nada dava em troca. -----

Relativamente à questão do Grupo de Teatro, a mesma confirmava uma tendência que o PCP já ia verificando, a não existência de uma estratégia de usufruto cultural na Freguesia, demonstrando aos Membros do Grupo de Teatro a disponibilidade dos eleitos do PCP na Assembleia de Freguesia para conversar e tentar encontrar, em conjunto, soluções para a dignificação do usufruto e criação cultural na Freguesia. -----

O Membro do PS, **José de Carvalho Ferreira**, saudou os presentes, e indicou que, uma vez que já todas as Forças Políticas já tinham intervindo, não queria deixar a ideia de que o silêncio da bancada do PS era comprometedor, encontrando-se a acompanhar as intervenções, encontrando-se disposta a dar todo o seu apoio à Junta de Freguesia para a resolução das situações indicadas. -----

Tendo em conta o elevado número de Pontos na Ordem de Trabalhos, catorze, encontrando-se atualmente a discutir o quinto, a Bancada do PS não tinha apresentado qualquer Moção, Recomendação ou Voto, mas encontrava-se atenta e traria à Assembleia todos os assuntos que achasse pertinentes. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, saudou os presentes, e, em relação à questão sobre o Grupo de Teatro, indicou que haviam dois prestadores de serviços, verdadeiros e próprios, cujas condições remuneratórias se diferenciavam de todos os restantes, sendo que a maioria das remunerações eram efetuadas em função do número de participantes nas atividades oferecidas pela Junta de Freguesia, algo que considerava normal e justo, e que incentivava os prestadores de serviços a procurar ter mais alunos. A atividade do Teatro era remunerada através de uma avença fixa, independente do número de participantes, e independente do local de

recenseamento. Ninguém negava a importância das Oficinas de Teatro da Freguesia da Penha de França, nem ninguém punha em causa a sua própria existência, apenas não faziam sentido as condições de remuneração. Após reunião com os dois prestadores de serviços em questão, e após um entendimento na justiça da fórmula de remuneração em função do número de inscritos na atividade, o outro prestador de serviços aceitou a alteração ao regime da sua avença, ao passo que o Professor das Oficinas de Teatro não tinha dado, até àquela altura, qualquer resposta sobre a aceitação da proposta. Estranhava toda e qualquer ideia ou noção que tinha surgido de que a atividade em si estaria a ser posta em causa, passando toda a questão pelo já explanado, sem entrar em discussões e sem nunca questionar a importância do projeto. A vontade da Junta de Freguesia tinha sido apenas a uniformização das condições de pagamento das avenças de todas as atividades desportivas e culturais oferecidas Junta de Freguesia. Frisou que da parte da Junta de Freguesia não tinha, em momento algum, sido posta em causa a continuidade do projeto das Oficinas de Teatro. -----

Relativamente à questão levantada sobre a Rua Heliodoro Salgado, indicou que o triângulo entre a Rua Heliodoro Salgado e a Rua da Penha de França era, de facto, preocupante, confirmando a receção do Protocolo de Delegação de Competências, da parte da Câmara Municipal, para efetuar o reordenamento do estacionamento no triângulo em concreto, mas que, na execução do projeto tinham-se dado conta de que a laje lá existente estaria em perigo de ruína, podendo os veículos lá estacionados em cima cair a qualquer momento, encontrando-se, também, as lojas em perigo de ruína. Após a descoberta desse facto, o mesmo tinha sido comunicado à CML, encontrando-se a Junta a aguardar a decisão técnica sobre a ação a tomar, sendo a CML a proprietária das lojas. Até haver uma solução que permitisse ter a certeza de que não haveria risco de ruína, o terreno iria continuar vedado. Aproveitava para informar a Assembleia de que naquela mesma semana o estaleiro da obra iria ser removido, uma vez que ainda não se sabia em que moldes a obra iria ser prosseguida, sendo substituído pela Polícia Municipal ou por outra qualquer forma que impedisse o estacionamento por questões de segurança. -----

Aproveitava, igualmente, para informar que já tinha reunido com o Vereador Manuel Salgado, e, a propósito da questão da EMEL e da criação de bolsas de estacionamento, com o qual o Executivo sempre tinha concordado, tendo sempre havido um consenso sobre a matéria, e o Senhor Vereador informou que continuava a ser estudada a possibilidade de ser criado um estacionamento subterrâneo naquela zona, podendo a solução para o triângulo da Rua Heliodoro Salgado passar pela possibilidade de ali ser construído um estacionamento subterrâneo – não debaixo da Praça António Sardinha, devido à Árvore classificada, mas sim por debaixo da Rua da Penha de França e do triângulo. -----

Relativamente ao parquímetro na Rua Estácio da Veiga, o Executivo tinha plena consciência de que a sua localização dificultava a circulação de peões, e sobretudo de pessoas com deficiências motoras, tendo já sido solicitado à EMEL a alteração da sua localização ou da sua remoção. -----

Relativamente ao parquímetro na Rua Marques da Silva, a própria EMEL estava a equacionar prescindir do estacionamento tarifado naquela zona e alterar o passeio. Informou que tinha sido uma situação provisória proveniente da Junta de Arroios, mas o Executivo mantinha-se atento ao desenrolar da situação. -----

Relativamente à questão do estacionamento de deficientes nos serviços, indicou que o Executivo estava consciente da situação, e o estacionamento estava sempre disponível para quem dele necessitasse, apesar de não estar marcado, mas admitia que as instalações da Junta, a nível de acessibilidade pedonal, eram muito pobres. Indicou que era um problema antigo e que já estava previsto no projeto de requalificação do edifício da Sede da Junta de Freguesia, esperando a realização dessas mesmas obras ainda durante o atual mandato. Relativamente às instalações da Morais Soares, apesar de serem propriedade da Junta, ainda não se sabia ao certo o seu futuro. Tomava boa nota da indicação dada, tendo plena consciência da necessidade de marcação de estacionamento para deficientes. -----

Relativamente à questão sobre o Ginásio do Alto do Pina, e com a autorização da Senhora Presidente da Mesa, passaria a palavra ao Vogal João Valente Pires, para dar os devidos esclarecimentos. -----

O Vogal, *João Valente Pires*, saudou os presentes, e aproveitava a sua primeira intervenção em nome da Freguesia da Penha de França para desejar aos presentes um Bom Natal. -----

Indicou que a situação do Ginásio do Alto do Pina era semelhante à situação de inúmeros outros Clubes da Cidade de Lisboa e que tinha a ver com a célebre Lei das Rendas, facto que não poderia ser esquecido. -----

Em relação à questão do Ginásio do Alto do Pina, em concreto, indicou que tinham sido confrontados, aquando da Tomada de Posse, e através das Redes Sociais, de que haveria algum interesse em acabar com o Clube, que a Junta não queria saber do Clube, e que a Junta não estava a fazer o que seria expectável. -----

Dadas essas afirmações, iria enumerar o que a Junta de Freguesia tinha realizado nos dois meses que se tinham seguido à Tomada de Posse. -----

Em primeiro lugar, tinha-se tentado perceber o que é que a Direção do Clube realmente pretendia, uma vez que não bastava dizer “queremos uma Sede”, uma vez que não existiam na Freguesia “sedes” para ceder, e nunca de um dia para o outro. -----

Após ter sido feito o levantamento, e após se ter percebido quais eram as dificuldades do Clube, foi verificado o interesse, por parte do Clube, numa antiga padaria existente na Rua Barão de Sabrosa, entendendo que essas instalações poderiam reunir as condições desejadas para futura Sede do Clube. A Junta e o Clube estavam, naquele momento, a tentar estabelecer contacto com o senhorio para saber das reais possibilidades de aluguer das instalações. -----

Em simultâneo, tinha sido solicitada uma reunião com a Senhora Vereadora Paula Marques, realizada há cerca de três semanas, tendo ele próprio estado presente, juntamente com a Direção do Clube e tendo sido convidada para estar presente a ACCL, para saber se a CML teria alguma solução ou possibilidade de resolver o problema, caso a solução da padaria não se concretizasse. Nessa reunião tinha ficado acordado com a Senhora Vereadora que a CML iria fazer os possíveis por encontrar, na área da Freguesia da Penha de França, um apartamento (independentemente da sua tipologia), no seu edificado disperso, para se tornar a Sede Social do Ginásio do Alto do Pina, e em simultâneo, encontrar um armazém, no Bairro da Rua João Nascimento Costa, na

Freguesia do Beato, mas paredes meias com a Freguesia da Penha de França, onde o Clube pudesse ensaiar a marcha, realizar as suas atividades desportivas, entre outras que entendessem fazer na Sede de um Clube. -----

Não ficando apenas por estes esforços, e tal como indicado pelo Membro do PSD, tinham sido informados, na referida reunião com a Senhora Vereadora, que havia uma Cooperativa que detinha um projeto da antiga Fenache, agora falida, para os antigos lavadouros, projeto esse que já tinha dado entrada na CML e que seria expectável estar concluído nos próximos anos. Tinha ficado assente, caso a construção do empreendimento se verificasse, e em cumprimento com a promessa feita há largos anos atrás, seria cedido um rés-do-chão nesses prédios para a futura Sede do Ginásio do Alto do Pina. -----

Concluindo, indicou que a Junta de Freguesia, o Ginásio do Alto do Pina e a CML, estavam a realizar todos os esforços possíveis para que no mais curto espaço de tempo para que o Ginásio do Alto do Pina tivesse a sua situação, se não definitiva, pelo menos provisoriamente, resolvida, tenho o Clube até dia um de agosto de 2018 para abandonar as suas atuais instalações. -----

O Membro do PSD, **Afonso Pereira Costa**, utilizando a figura de “*pedido de esclarecimento ao Executivo*”, dirigido, em especial, aos elementos mais antigos do Executivo, e saudando a presença do Vogal João Valente Pires, e congratulando toda a ação desempenhada em relação ao Ginásio do Alto do Pina no último mês e meio, e questionou se o Partido Socialista tinha, ou não, estado presente no Executivo da Freguesia da Penha de França, nos últimos oito anos, a presidir o Executivo, e se não esteve, desde 1975, após as primeiras Eleições livres, no Executivo da Freguesia de São João. Recorda-se, no Mandato em que foi Presidente da Freguesia de São João, de o PS ter o Pelouro do Desporto. Agradeceu tudo o que o Senhor Vogal João Valente Pires tinha conseguido fazer num espaço de um mês e meio, mas recordava que a questão já vinha de há vários anos, e que nada tinha a ver com a Lei das Rendas, nem o despejo do Clube tinha notoriamente a ver com a Lei das Rendas. O que o PSD pretendia era consensualizar e resolver a situação do Ginásio do Alto do Pina, podendo o PS contar

com o apoio do PSD quer fosse na Assembleia de Freguesia, Assembleia Municipal ou na própria Câmara Municipal para tal. -----

O Membro do PCP, **Daniel Oliveira**, relativamente à explicação da Senhora Presidente sobre as Oficinas de Teatro, gostaria de dar duas breves notas: -----

Em primeiro lugar, entendia a necessidade de haver justiça na remuneração de todos os trabalhadores da Junta de Freguesia, mas, no entanto, chamava à atenção para a especificidade das atividades, exemplificando, sem desprimor à atividade, que uma coisa era uma aula de zumba funcionar com quarenta inscritos e outra coisa era uma oficina de teatro a funcionar com o mesmo número de inscritos. Não estava convencido quanto à garantia de justiça no tabelamento apenas por número de inscritos em atividades de cariz diferente. -----

Chamava também à atenção de toda a discussão se ter centrado em torno do encenador sem, no entanto, ter ouvido qualquer resposta, ou eventual proposta de solução, em relação às queixas que foram apresentadas, relativas à falta de condições, devendo a discussão voltar a ser centrada em torno da reclamação apresentada pelo Grupo. -----

Em segundo lugar, relativamente à questão do estacionamento, concordava com a retirada do tarifamento na Rua Marques da Silva, mas chamava à atenção para o encurrallamento das viaturas que se verificava nas ruas não tarifadas, e limítrofes, havendo necessidade de uma gestão cuidada da situação. -----

O Membro do PSD, **Afonso Pereira Costa**, interpelando a Mesa, e cumprindo todo o formalismo, indicou que não tinha sido perguntado ao Executivo se queria dar resposta ao seu pedido de esclarecimento, cuja resposta, caso a quisessem dar, deveria ter sido imediatamente a seguir. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia indicou que iria, posteriormente, dar a palavra ao Executivo para das as devidas respostas e esclarecimentos. -----

O Membro do BE, **Cristina Neno**, reiterava e subscrevia o indicado pelo Membro do PCP relativamente às questões que tinham sido, efetivamente, colocadas pelo Grupo de Teatro, nomeadamente sobre a falta de apoio à peça de Natal, e concordava igualmente que a remuneração deveria ser equacionada em função da atividade praticada,

considerando o teatro uma atividade importante. Não se sentia, até ao momento, esclarecida sobre o assunto. -----

O Membro do CDS/PP, **Pedro Cardoso**, relativamente ao esclarecimento dado pela Senhora Presidente sobre a igualdade remuneratória, subscrevia o que tinha acabado de ser dito pelo Membro do BE, uma vez que as atividades não podiam ser todas tomadas por iguais. A atividade de Teatro pressupunha um trabalho e um caminho diferenciado de uma atividade desportiva. Realçava que a questão se centrava, especificamente, no encenador, havendo outros enredos por fora, recebendo este a mesma quantia há quinze anos. Não achava correta a alteração das condições após todos esses anos. -----

Reiterava o pedido de esclarecimento, questionando se todas as situações reportadas pelo Grupo sobre falta de condições, não teria a ver com o afastamento do encenador em questão, tendo circulado, nas escolas, a informação de que a Junta de Freguesia iria ter um grupo de teatro com uma outra pessoa. -----

Considerava este o momento certo e próprio para sanar e esclarecer toda a questão, com seriedade, face à estranheza das informações que circulavam. -----

O Membro do PAN, **Filipe Pimentel Rações**, relativamente às questões reportadas na intervenção da representante do Grupo de Teatro, indicou que tinham sido enumeradas faltas de apoio técnico, logístico e publicitário, achava importante esclarecer se esse apoio tinha existido, e se tivesse existido quais as razões para ter deixado de existir. Era de sua opinião de que a Cultura fomentava o pensamento livre, dinamizava as populações e era um motor de integração social. Referiu que o teatro não podia ser olhado como uma mera atividade geradora de lucro e lembrou a importância do seu papel social nas comunidades locais. -----

Relativamente à alteração da situação remuneratória do encenador, gostaria de perceber se, e sem fazer qualquer tipo de acusação, a aproximação feita pela Junta de Freguesia para a alteração do seu regime de subvenção tinha sido feita meramente na ótica fazer com que a remuneração fosse proporcional ao número de participantes, se esse era o único caminho possível, e se a recusa de aceitação desse novo regime poria em causa a sua permanência no posto. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, começando por responder ao pedido de esclarecimento feito pelo PSD, indicou que a maioria das Forças Políticas presentes tinham feito parte dos Executivos tanto da Freguesia da Penha de França como da Freguesia de São João e, segundo se recordava, a solução a construção da nova Sede do Ginásio do Alto do Pina nos lavadouros, na antiga Sede da Fenache, datava do tempo do Vereador Pedro Feist, do CDS/PP. Referiu que a situação não podia ser resolvida pela Junta de Freguesia, tendo obrigatoriamente que passar pela CML, considerando demagogia dizer o contrário. Desse ponto de vista, o Executivo estava de consciência tranquila, tendo já pedido reuniões aos vereadores do desporto e do urbanismo, por causa da questão patrimonial da CML, para encontrar uma resolução deste problema, e que com algum bom senso era possível resolvê-lo. -----

Relativamente à questão das Oficinas de Teatro, indicou que e sem passar pela apreciação da atividade em si nem por comparar atividades desportivas com atividades culturais, um prestador de serviços, como qualquer outro, não podia ser remunerado fixamente independentemente do benefício que trouxesse à Freguesia e à população da Freguesia, uma vez que por vezes os participantes nem sequer faziam parte da Freguesia. Por mais amor que pudessem ter à atividade cultural, e por muito que achassem ser dever dos poderes públicos o fomento da atividade cultural, não era, necessariamente, obrigação da Freguesia da Penha de França proporcionar, ou incentivar, a atividade cultural a pessoas de outras Freguesias, e o Posto Médico era visto na mesma ótica, havendo valores diferentes para fregueses e não-fregueses. Indicou que não fazia sentido manter uma atividade cegamente financiada daquela forma, sem que fosse tecido qualquer comentário sobre a questão. Relembrou que a Junta de Freguesia de São João tinha tido um projeto de Coro que tinha chegado ao fim, e um projeto de teatro, também muito bom, mas que também tinha chegado ao fim. Indicou que a continuidade da atividade nunca tinha sido colocada em causa, podendo tudo na vida ser falado, conversado ou modificado. Invertendo a situação, questionou se fazia sentido, relativamente às outras atividades e aos outros prestadores e professores, que podiam ter tantas ou mais habilitações que o professor de teatro, serem remunerados de forma diferente. Do ponto de vista do Executivo não fazia sentido, nem lhe fazia

sentido a si que as coisas não pudessem ser equacionadas e debatidas com os quinze anos de experiência no assunto, sem que isso constituísse argumento algum para o Executivo. -----

Relativamente às questões colocadas sobre a falta de condições na para a prática da atividade, indicou que tinha ouvido, tal como todos os presentes Membros da Assembleia, e o Executivo iria analisar o documento que tinha sido entregue à Mesa da Assembleia de Freguesia, e iria dar resposta ao mesmo. Estranhava que, em quinze anos, a questão nunca tenha sido levantada e que só tivesse surgido aquando da alteração da remuneração do ensaiador era debatida. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia alertou que o público não se podia manifestar nem participar da discussão, havendo um período próprio para o fazer. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, para terminar a sua resposta, indicou que nada tinha sido colocado em causa, encontrando-se a aguardar a resposta do professor João Ferrador relativa à questão que lhe tinha sido colocada. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia voltou a alertar o público para a impossibilidade de intervir, convidando a cidadã a sair. -----

O Membro do PSD, **Afonso Pereira Costa**, indicou que, e no cumprimento do Regimento, a resposta ao seu pedido de esclarecimentos devia ter sido dada de imediato, uma vez que ele tinha direito a responder ao mesmo. Salientava que o elo comum entre os Executivos de ambas as Freguesias era o PS, que tinha estado sempre em todos os Executivos, logo nunca poderia avocar qualquer tipo de desconhecimento ou de não-intervenção. Sabia ser verdade que não cabia à Junta resolver a questão da Sede do Ginásio do Alto do Pina, mas cabia à Junta ajudar o Clube na resolução desse problema, coisa que tinha sido feita no passado. Relembrou que tinha sido a Vereadora Helena Lopes da Costa, do PSD, que tinha feito a cedência do terreno, e não o Vereador Pedro Feist, do CDS/PP, mas que tinha tido a ajuda, como era obvio, da Vereação e do Departamento do Desporto, e cujo Presidente da Câmara da altura se chamava Pedro Santana Lopes. -----

O Membro do BE, **Cristina Neno**, indicou que já tinha estado presente nas aulas da Oficina de Teatro, e tinha-se informado sobre o valor da mensalidade, havendo valores

diferentes para residentes e não-residentes, nunca invalidando a hipótese de poder haver outros grupos de teatro com outros projetos artísticos diferentes do existente. Constatou que o projeto em causa lhe tinha parecido tudo menos moribundo. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia indicou que se iria passar ao período de votação dos documentos apresentados, que tinham sido distribuídos a todos os Membros, e informou que, para termos de votação, iria penas ler a parte deliberativa. ---

Informou que os documentos iriam ser votados por tipo e por ordem de entrada nos Serviços. -----

– ***Voto de Saudação nº1*** – apresentado pelo PAN – ***Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres;*** -----

“Tendo em consideração tudo o que acima foi exposto, o PAN - Pessoas-Animais-Natureza insta a Assembleia de Freguesia da Penha de França, na sua Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2017, a: -----

- a) *Saudar o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres;* -
- b) *Homenagear todas as mulheres que são e/ou que foram vítimas de violência e todas as mulheres que colocam ou colocaram em risco as suas próprias vidas para salvar outras vidas;* -----
- c) *Congratular todos os movimentos, grupos e organizações que tomam como missão combater a violência contra as mulheres e oferecem proteção e abrigo às vítimas deste trágico fenómeno;* -----
- d) *Promover uma cultura de não-violência na freguesia;* -----
- e) *Promover uma maior cooperar, em articulação próxima e dinâmica, entre os órgãos autárquicos e a sociedade civil com vista à eliminação de todos os tipos de violência, através de ações de sensibilização junto da população e da comunidade escolar.* -----
- f) *Remeter este voto para o Senhor Presidente da Assembleia da República, para os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, para a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), para a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), para a Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV), para a Associação Portuguesa de Mulheres Juristas (APMJ).” -----*

– **Voto de Saudação nº1 – Aprovada por Unanimidade** -----

– **Voto de Saudação nº2** – Apresentado pelo CDS/PP – **42 anos do 25 de Novembro de 1975** -----

“Assim, O CDS-PP Penha de França propõe à Assembleia de Freguesia da penha de França, reunida a 19 de dezembro de 2017, que: -----

Aprove um voto de saudação dedicado a todos aqueles que, em 25 de Novembro de 1975, colocaram novamente Portugal na senda da Democracia, da Paz e da Liberdade iniciada a 25 de Abril de 1974. Dar solene testemunho da nossa gratidão a todos os que souberam, com notável aprumo militar e grande coragem moral, cumprir o seu dever, bem como prestar comovida homenagem àqueles que tombaram em defesa da liberdade.” -----

– **Voto de Saudação nº2 – Recusado – Votos a favor: PSD e CDS/PP; Votos contra: PS, PCP, BE, Abstenção: PAN;** -----

– **Voto de Saudação nº3** – apresentado pelo BE – **25 de novembro, dia da luta pelo fim da violência contra as mulheres;** -----

“A Assembleia de Freguesia de Penha de França, reunida em 19 de dezembro de 2017, delibera, ao abrigo do disposto no artigo 9º, n.ºZ, alíneas i), i) e k) da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro: -----

- Saudar os milhares de mulheres e homens que marcharam no dia 25 de novembro em Lisboa, e no resto do país, pelo fim da Violência contra as mulheres e reitera o compromisso pelo fim da Violência e a favor da igualdade de género.” -----

– **Voto de Saudação nº3 – Aprovado por unanimidade;** -----

– **Moção nº1** – apresentada pelo CDS/PP – **Pela criação de novos meios de transmissão e divulgação dos trabalhos da Assembleia de Freguesia;** -----

“Nesse sentido, a bancada do CDS/PP propõe que a Assembleia de Freguesia da Penha de França delibere: -----

- *Passar a filmar e a transmitir em direto as sessões da Assembleia de Freguesia, preferencialmente com acesso através do website e facebook da Junta de Freguesia, e constituir um arquivo online da todas as emissões. -----*

- *Criar um espaço virtual autónomo, preferencialmente no website da Junta de Freguesia, da responsabilidade da Assembleia de Freguesia, onde deverão constar todos os documentos produzidos por este órgão.* -----

– **Moção nº1 – Aprovada por Unanimidade** -----

– **Moção nº2 – Apresentada pelo PCP - *Pela manutenção dos Hospitais do Centro Hospitalar de Lisboa Central;*** -----

“Assim, os eleitos do PCP na Assembleia de Freguesia da Penha de França propõem que a Assembleia de Freguesia, reunida em sessão ordinária em 19 de dezembro de 2017, delibere: -----

- *Manifestar discordância com o encerramento dos hospitais do Centro Hospitalar de Lisboa Central e exigir que a Câmara Municipal de Lisboa promova todas as diligências possíveis junto dos Órgãos de Soberania, nomeadamente do Presidente da Republica, da Assembleia da Republica e do Governo para reverter o processo de encerramento dos hospitais do Centro Hospitalar de Lisboa Central formalmente iniciado através da Resolução do Conselho de Ministros nº 178/2017, de 28 de Novembro de 2017, que urge revogar;* -----
- *Remeter a presente Moção para: Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Primeiro-Ministro; Ministro da Saúde; CGTP-IN; UGT; Plataforma Lisboa em Defesa do Serviço Nacional de Saúde.”* -----

– **Moção nº2 – Rejeitada – Votos a favor:** PCP, BE e PAN; **Votos contra:** PS e PSD; **Abstenção:** CDS/PP; -----

– **Moção nº3 – Apresentada pelo PCP – *Por um serviço público de transporte do Metropolitano de Lisboa com qualidade;*** -----

“Os Eleitos do PCP propõem que a Assembleia de Freguesia da Penha de França, reunida em 19 de dezembro de 2017, delibere: -----

- *Exigir do Governo e da Administração do Metro:* -----
 1. *Que se concretize, com urgência, a prometida, mas sempre adiada entrada de trabalhadores para repor o quadro de pessoal da empresa e que o Governo indique com rigor qual a data em que entrarão para os quadros de*

peçoal da Empresa esses novos trabalhadores, sem os quais é impossível fazer a adequada manutenção dos comboios e da infraestrutura bem como garantir todas as estações do Metro durante todo o seu período de exploração. -----

2. Que se assumam medidas que promovam o transporte público, melhorando a oferta do serviço, reduzindo os preços dos títulos de transporte em montante a estudar, implementando os parques de estacionamento dissuasores gratuitos, na periferia da cidade, perto das estações de Metro. -----

3. Que a Empresa divulgue, a partir do seu sítio na Internet, a informação rigorosa do calendário com que se compromete a proceder à recuperação de todos os seus comboios, mantendo essa informação atualizada semanalmente, para acompanhamento público do grau de cumprimento desse calendário. -----

- Exigir da Câmara Municipal de Lisboa que assuma o seu papel de representação e defesa dos seus munícipes, reivindicando do Governo e da Administração do Metro as medidas urgentes que reponham a normalidade e segurança do serviço de transporte prestado pelo Metro. -----*

- Remeter a presente moção para: Grupos Parlamentares; Primeiro-Ministro; Ministro do Ambiente; CGTP-IN; UGT;” -----*

– Moção nº3 – Aprovada por Maioria – Votos a favor: PS, PCP, BE e PAN; Abstenção: PSD e CDS/PP. -----

– Moção nº4 – apresentada pelo PCP - Em defesa integral da estação ferroviária de Santa Apolónia, património público da cidade de Lisboa e do país, que deve estar ao serviço das populações; -----

Foi solicitada, pelo CDS/PP, a votação ponto por ponto. -----

“Assim, os eleitos do PCP propõem que a Assembleia de Freguesia da Penha de França, reunida a 19 de dezembro de 2017, delibere: -----

1. Exigir ao Governo informação desta iniciativa da IP/Infraestruturas de Portugal e sobre a sua posição acerca do que foi anunciado por esse organismo público; -----

– **Ponto nº1 – Rejeitado – Votos a favor:** PSD, PCP, BE e CDS/PP; **Votos contra:** PS (com o exercício de Voto de Qualidade pela Senhora Presidente da Mesa); **Abstenção:** PAN; -----

2. *Tomar junto do Governo uma posição de defesa de mais este importante património da cidade de Lisboa, com todas as suas valências de transporte que atualmente tem capacidade para oferecer e que expresse claramente essa sua vontade e determinação;* -----

– **Ponto nº2 – Rejeitado – Votos a favor:** PCP, BE e CDS/PP; **Votos contra:** PS; **Abstenção:** PSD e PAN; -----

3. *Exigir que a CML defenda a manutenção integral da Estação Ferroviária de Santa Apolónia, se necessário, não aprovando o licenciamento da unidade hoteleira em causa;* -----

– **Ponto nº3 – Rejeitado – Votos a favor:** PCP, BE; **Votos contra:** PS e CDS/PP; **Abstenção:** PSD e PAN; -----

• *Remeter esta moção para: Grupos Parlamentares; Primeiro-Ministro; Ministro do Ambiente; Ministro do Planeamento e Infraestruturas; CGTP-IN; UGT; FECTRANS;”* -----

– **Moção nº4 – Rejeitada.** -----

– **Recomendação nº1** – apresentada pelo BE - **Recomenda à Junta de Freguesia de Penha de França a submissão de informação sobre postos de trabalho com vínculos precários;** -----

O BE apresentou, igualmente, este documento em forma de Requerimento que foi entregue ao Executivo; -----

“A Assembleia de Freguesia de Penha de França reunida em 19 de dezembro de 2017, delibera, ao abrigo do disposto no artigo 9º, n.ºZ, alíneas i), i) e k) da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro: -----

– *Que submeta a esta Assembleia a informação sobre os trabalhadores e trabalhadoras precárias da Junta de Freguesia, nomeadamente: o número de trabalhadores, função exercida e tipo de Vínculo. Esta informação refere-se também aos CEI e CEI+.”* -----

– **Recomendação nº1 – Aprovada por unanimidade;** -----

– **Recomendação nº2** – apresentada pelo CDS/PP – **Por uma Estratégia para Envelhecimento;** -----

Foi solicitado, pelo PSD, a votação ponto por ponto. -----

“Nesse sentido, a bancada do CDS-PP propõe à Assembleia de Freguesia da Penha de França que recomende ao Executivo da Junta de Freguesia: -----

1. A implementação de uma estratégia para o envelhecimento, constituindo-se como uma freguesia “Amiga das Pessoas Idosas”; através de um grupo de trabalho com todas as forças Políticas representadas na Assembleia de Freguesia; -----

– **Ponto nº1 – Aprovado por maioria – com a Abstenção do PAN;** -----

2. A criação de uma Universidade Sénior, como forma de capitalizar o conhecimento adquirido e como uma resposta privilegiada de inserção e participação social; -----

– **Ponto nº2 – Aprovado por maioria – com a Abstenção do PSD;** -----

3. A constituição de um grupo de voluntariado sénior ao nível cultural, social e de saúde.” -----

– **Ponto nº3 – Aprovado por maioria – com os Votos contra PSP e a Abstenção do PSD;** -----

– **Recomendação nº2 – Aprovada por maioria** -----

– **Recomendação nº3** – apresentada pelo PAN – **Presença e visibilidade da Assembleia de Freguesia da Penha de França;** -----

“Equacionando as considerações acima explanadas, o PAN - Pessoas-Animais-Natureza insta a Assembleia de Freguesia da Penha de França, na Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2017, a deliberar: -----

a) a publicitação da composição da Assembleia de Freguesia na página que lhe é destinada no website da Junta de Freguesia, identificando os representantes eleitos e que têm assento na Assembleia, bem como os respetivos partidos que representam e os nomes dos Membros da Mesa da Assembleia; -----

- b) a divulgação dos elementos supracitados no Boletim Mensal da Junta de Freguesia, visto que é um dos meios de comunicação local com maior alcance na freguesia; -----*
- c) a divulgação, a pedido dos Membros da Assembleia redatores, as recomendações, moções, votos e requerimentos que venham a ser apresentados pelos Membros da Assembleia da Freguesia na página online que está destinada à Assembleia e que está integrada no website da Junta de Freguesia; -----*
- d) a divulgação das Comissões e dos Grupos de Trabalho decorrentes da Assembleia de Freguesia para o presente mandato 2017-2021.; -----*

– Recomendação nº3 – Aprovada por Unanidade -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia indicou que se encontravam abertas as inscrições para a realização das Declarações de Voto. -----

O Membro do PS, **Paulo Pais**, relativamente ao Voto de Saudação nº2, referente aos “42 anos do 25 de Novembro”, indicou que tinha votado contra devido aos pressupostos do Voto de Saudação e não devido à sua parte deliberativa. Relativamente à Moção nº2, “Pela manutenção dos Hospitais do Centro Hospitalar de Lisboa Central”, indicou que tinha votado contra uma vez que haviam pressupostos errados na formulação da própria Moção. -----

O Membro do PSD, **Afonso Pereira Costa**, relativamente à Recomendação nº2, “Por uma estratégia para o envelhecimento”, indicou que o PSD se tinha absterido nos pontos 2 e 3 uma vez que tinha votado favoravelmente o ponto 1, que pretendia a criação de um grupo com representação de todas as Forças Políticas para debater e delinear estratégias, não fazendo sentido, para o PSD, fazê-lo já com duas imposições de criação de duas situações concretas. Daí o PSD ter requerido a votação ponto por ponto e se ter absterido nos referidos pontos, achando que o debate não deveria arrancar com pressupostos já garantidos. -----

O Membro do PCP, **Daniel Oliveira**, relativamente à Recomendação nº2, “Por uma estratégia para o envelhecimento”, indicou que o PCP também tinha requerido a votação ponto por ponto, alertou para a necessidade de encontrar as reais causas e as

reais dificuldades e de perceber quais as competências de uma Junta de Freguesia e de uma Câmara Municipal e quais as competências de um Governo. O PCP tinha votado a favor nos dois primeiros pontos, e nomeadamente no ponto 2, algo sobre o qual o PCP já tinha falado e ponderado em Programa Eleitoral, mas para delinear uma estratégia era necessário dar liberdade ao Grupo de Trabalho poder delinear as ações concretas que deveriam derivar dessas mesmas estratégias, não fazendo sentido a implementação do ponto 3 da Recomendação. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação a Ata-Minuta do presente ponto. -----

– *Ata-Minuta Aprovada por Unanimidade* -----

----- PONTO NÚMERO SEIS -----

Informação Escrita da Presidente da Junta de Freguesia de 1 de agosto a 31 de outubro de 2017 e Informação Financeira de 1 de janeiro a 31 de outubro de 2017 -----

A Senhora Presidente da Junta, **Sofia Oliveira Dias**, prescindiu da apresentação dos documentos e colocou-se à disposição para o esclarecimento de dúvidas. -----

O Membro do PCP, **Carlos Tibúrcio**, referindo-se à penúltima revista da Junta de Freguesia, nomeadamente a um artigo intitulado “*Mais Estacionamento*”, indicou que o PCP não concordava com a frase nele contida “*é mais um parque que nasce da vontade da Junta de Freguesia*”, indicando que o parque tinha, inicialmente, “nascido” através de propostas apresentadas pelos vereadores do PCP na Câmara Municipal, tendo as mesmas sido aprovadas por maioria em reuniões de Câmara. Indicou que o PCP estava a ficar farto de “*criar os ninhos para que os outros lá fossem pôr os ovos*”. -----

Indicou ainda, na mesma revista, mais duas páginas, intituladas “A Penha está mais verde”, o que achava caricato, uma vez que as páginas estavam cheias de fotografias de canteiros espalhados pela Freguesia, o que não constituíam zonas verdes. -----

Referiu que não tinha lido uma só palavra referente à Piscina da Penha de França na Informação Escrita. O PCP gostaria de saber qual a posição da Junta naquele momento

O Membro do PSD, **Afonso Pereira Costa**, indicou que, a pedido de várias famílias, iria abreviar as suas intervenções relativas à Informação Financeira, uma vez que iriam, seguidamente, debater uma revisão orçamental. -----

Deixava, no entanto, uma questão muito concreta, uma vem que sabia que a Informação Escrita era aquilo que o Executivo queria transmitir à Assembleia, transmitindo, geralmente, o positivo, acabando por se saber na rua aquilo que corre menos bem. Estar-se-ia a passar alguma mudança profunda nos recursos humanos da Freguesia da Penha de França? A informação que tinham obtido era de que várias pessoas já tinham sido dispensadas, as que estavam a recibos verdes, havendo, inclusive, funcionários dos quadros que estavam a sofrer algumas perseguições, chegando ao ponto de algumas situações roçarem o assédio moral, o que poderia ser crime. Gostaria de poder estar tranquilo, mas gostava de saber quantas pessoas a recibos verdes tinham saído da Junta de Freguesia desde o ato eleitoral, qual o motivo pelo qual saíram, se foi por serem prestadores de serviços, como o João Ferrador, sendo a própria Senhora Presidente a indicar que ele era um prestador de serviços, mas podia até ser um falso recibo verde, ou se era pela aproximação da entrada em vigor de uma Lei, tão acarinhada pelo Bloco de Esquerda, para a integração de pessoas nos quadros das Autarquias. Ficaria a aguardar pela resposta. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, deu nota, relativamente à Piscina, de que a situação não te tinha alterado, o diferendo entre o Clube Estrelas de São João de Brito e o empreiteiro continuava a existir. A Junta continuava a inquirir e a pressionar a Câmara Municipal, tendo já obtido uma resposta positiva no sentido de que o diferendo tinha de ser sanado, sendo a opinião da Junta que, caso o diferendo não seja sanado, a Câmara devia chamar a si a obra, terminá-la, e entregar a gestão da piscina à Junta de Freguesia. Indicou que a única alteração que tinha havido tinha sido a realização das eleições, tendo já solicitado reunião ao novo Vereador com o pelouro do Desporto, justamente para tratar do assunto da piscina. -----

Relativamente aos Recursos Humanos, o que poderia dizer sobre a matéria, tendo já dado nota na reunião da Comissão de Líderes no dia anterior, era que o processo de regularização de precários já estava refletido no Orçamento para 2018, sendo essa a única e grande novidade e alteração nos Recursos Humanos, encontrando-se a aguardar que fossem abertos os processos de regularização que permitissem pôr termo à situação

dos precários na Junta de Freguesia da Penha de França, não havendo qualquer outra questão. -----

O Membro do PSD, **Afonso Pereira Costa**, indicou que tinha colocado uma questão concreta de quantos prestadores de serviços tinham saído da Junta de Freguesia desde a Tomada de Posse. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, indicou que iria solicitar essa informação aos serviços e que, posteriormente, a faria chegar aos Membros da Assembleia de Freguesia. Informou que tinha sido feito um levantamento até de 31 de outubro, para a DGAL, justamente devido ao processo de regularização, e era uma questão de ser enviado aos Membros da Assembleia. -----

O Membro do PSD, **Afonso Pereira Costa**, indicou que, dado que as eleições se tinham realizado a 1 de outubro, o que solicitava era o número desde 1 de outubro até à presente data. -----

Solicitava, igualmente, informação sobre os critérios de atribuição dos cabazes de Natal, uma vez que tinham obtido a informação, também na rua, de que havia pessoas assinaladas pelos técnicos da Santa Casa a quem estava a ser recusado o cabaz de Natal. Solicitava informação sobre quem tinha sido assinalado pela Santa Casa e a quem está, efetivamente, a Junta de Freguesia a dar o cabaz. -----

Relativamente à Mercearia Social, solicitava informação sobre os critérios de distribuição dos bens alimentares, sendo a mesma um processo BIP/ZIP, e sem que houvesse, até à data, que fosse do seu conhecimento, qualquer Regulamento aprovado. -

Requeria, também, todos os procedimentos administrativos relativos à Mercearia Social, no que toca às obras e da forma como as obras foram realizadas. -----

Solicitava a resposta às suas questões por escrito e com a maior brevidade possível. -

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, indicou que a resposta seria, com toda a certeza, dada dentro dos trinta dias a que a lei obrigava, tendo a Junta, simpaticamente, encurtado os prazos de resposta, mas sem que fosse sempre possível fazê-lo nos trinta dias aos quais a Lei obrigava. -----

O Membro do CDS/PP, **Pedro Cardoso**, havendo a indicação de apoios dados a algumas associações, encontrando-se indicados alguns dos projetos, solicitando a indicação à cerca da razão, a título meramente informativo. -----

Solicitava, tal como o PSD, o envio de Regulamentos e de informação sobre critérios de atribuição de bens e apoios sociais. -----

Solicitava, igualmente, informações sobre o modo de funcionamento e sobre os critérios de atribuição da Bolsa Solidária Animal. -----

Solicitava ainda informações adicionais sobre a situação da Piscina, tendo ficado espantado pela falta de informação sobre a matéria na Informação Escrita, considerando as Piscinas um equipamento identitário da Freguesia a Penha de França. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia lembrou que a informação Escrita dizia respeito a um período compreendido entre 31 de agosto e 31 de outubro. Caso fossem desejadas informações referentes a outros períodos, agradecia que o requeressem por escrito, ou oralmente, tal como havia sido feito pelo Membro do PSD.-

O Membro do PSD, **Jorge Neves**, questionou sobre o conhecimento do Executivo para a existência de um sem-abrigo que se encontrava na Avenida General Roçadas. ----

Relativamente a um candeeiro existente na Rua Artur Paiva, que impedia a circulação de pessoas com carrinhos de bebé ou com dificuldades de locomoção, recordava-se de ter dado essa mesma indicação anteriormente, mas que a situação se mantinha na mesma. -----

Relativamente à Limpeza urbana, indicou que a mesma se encontrava cada vez mais deficitária, sem se referir à lavagem por vias da falta de água. -----

O Membro do BE, **Rui Seixas**, relativamente ao projeto “Penha Empreende”, e tendo em conta o número de pessoas assistidas, apenas 25, solicitava informações sobre o meio de divulgação do mesmo, tendo em conta o desenvolvimento e o dinamismo do comércio local na Freguesia. -----

A Senhora presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, indicou que tinha tomado nota dos devidos requerimentos feitos oralmente, sobre a questão do sem-abrigo, e sobre a questão da limpeza indicou que a eficácia de 100% nunca conseguiria ser garantida, mas que a Junta estava a fazer os possíveis. -----

Relativamente à questão do candeeiro, informou que a questão já tinha sido enviada à Câmara Municipal, não tendo a Junta meios ou competência para resolver a questão, alertando que as situações que envolvessem eletricidade e a EDP eram de resolução difícil e morosa. -----

Relativamente aos meios de divulgação do projeto “Penha Empreende”, indicou que o mesmo tinha sido publicitado na Revista da Junta, o meio que chegava mais longe, uma vez que chegava a todas as casas e estabelecimentos comerciais, e por via direta através dos comerciantes e estabelecimentos comerciais com os quais a Junta já tinha feito algum trabalho, trabalho esse que era contínuo numa tentativa de melhoria do tecido empresarial que nem sempre se encontrava muito desperto para a importância e relevância daquele tipo de iniciativas, não passando pela falta de divulgação. -----

----- **PONTO NÚMERO SETE** -----

Proposta nº44/2017 – Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia da Penha de França -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, *Sofia Oliveira Dias*, informou que o Protocolo de Delegação de Competências tinha sido celebrado recentemente, que já podia ter sido apresentado à Assembleia de Freguesia, mas tendo em conta que teria sido durante o período da campanha eleitoral, tinha sido decidido em Comissão de Representantes que a Reunião da Assembleia na altura deveria ser pacífica e consensual, sem haver lugar a grandes discussões, e tendo em conta que posteriormente iria haver o jantar de final de mandato, tinha-se decidido trazer à presente Reunião o documento. Tratava-se, no fundo, da requalificação do Forte de Santa Apolónia, do baluarte, dividido em dois processos: um primeiro para avaliar as condições de segurança da estrutura e de conservação dessa mesma estrutura, e numa segunda parte de um projeto de conceção de requalificação da estrutura e do seu interior. -----

– **Proposta nº44/2017 – Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia da Penha de França** -----

– *Aprovada por unanimidade* -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação a Ata-Minuta do presente ponto. -----

– *Ata-Minuta Aprovada por Unanimidade* -----

----- **PONTO NÚMERO OITO** -----

Proposta nº45/2017 – 2ª Revisão Orçamental e às Grandes Opções do Plano para 2017 -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, *Sofia Oliveira Dias*, relativamente à necessidade da Revisão, deu três notas: -----

Em primeiro lugar, indicou que a verba do FES tinha sido superior à inicialmente prevista, tendo sido dados mais apoios do que inicialmente previsto e, felizmente, tinha havido a capacidade de poder responder a essas necessidades; -----

Em segundo lugar, tinha sido necessário corrigir a receita, devido à correção da inflação, afetando o índice de preços do consumidor; -----

E em terceiro lugar, a celebração do Contrato de Delegação de Competências com a Câmara Municipal, relativamente ao Forte de Santa Apolónia, tornando necessária uma alteração ao PPI. -----

O Membro do PCP, *Daniel Oliveira*, indicou que a Senhora Presidente já tinha abordado parte das questões que o PCP iria colocar, mas que ainda tinham ficado algumas coisas por esclarecer. -----

Indicou que o PCP tinha denotado uma revisão na ordem dos €148.000,00, cuja grande maioria estava relacionada com o Projeto de recuperação e conservação do Forte de Santa Apolónia, mas a restante verba que era incrementada no Orçamento não estava tão explicitada, sendo a maior parte colocada numa categoria “outros” sendo impossível discernir qual a sua origem. -----

Tinham denotado uma verba no valor de €20.000,00 agregada à Intervenção Social, e com a indicação da necessidade do aumento do valor do FES, explicar-se-ia, provavelmente, por aí, mas não era de todo explícito. -----

O PCP tinha, igualmente, observado incrementos no orçamento, na área da Gestão Territorial, para estudos – no valor de €37.000,00 – e de €53.000,00 – para intervenções propriamente ditas. O valor somado equivalia ao valor da primeira tranche do Contrato de Delegação de Competências para a recuperação do Forte de Santa Apolónia. Indicou que toda a informação que dispunham sobre o projeto apontavam para valor totais de

€150.000,00 – €15.000,00 para estudos e €135.000,00 para a execução do Projeto. Assumindo que o valor de €90.000,00 não era uma pura coincidência, e que era efetivamente referente ao Forte de Santa Apolónia, denotavam que já estavam indicados €22.000,00 a mais em estudos do que o que seria necessário, o que levantava a preocupação de haver, posteriormente, a verba para realizar a intervenção. Solicitava esclarecimentos sobre essa matéria, tendo em conta que os documentos iniciais que sustentavam o Protocolo de Delegação de Competências indicavam uma verba para estudos e que num primeiro ano já estavam gastos €37.000,00. -----

O Membro do PSD, **Afonso Pereira Costa**, indicou que as questões que tinha a colocar eram similares e iam no seguimento das já colocadas pelo PCP. Achava estranha a introdução e redistribuição de tanta verba, tendo em conta a entrada das verbas adstritas ao Protocolo de Delegação de Competências, e a sua colocação em rúbricas diversas. Caso fosse um Orçamento previsional, compreendia a dispersão para facilitar a sua gestão, mas no final do ano, e numa revisão, já deveriam saber ao certo onde alocar as verbas em rúbricas mais específicas. Seguindo o indicado pelo PCP, estavam previstos €15.000,00 em estudos e pareceres, aparecendo cerca de €37.000,00, sendo a restante verba do Projeto do Forte de Santa Apolónia distribuído por rúbricas “Outros” ou por equipamentos, ferramentas ou peças, que em nada tinham a ver com o Projeto em si. Solicitava esclarecimentos sobre a matéria. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, indicou que a estimativa da Câmara Municipal de Lisboa estava errada, e era essa a razão da discrepância nos valores, dando razão ao PSD e PCP. -----

O Membro do PSD, **Afonso Pereira Costa**, indicou que continuava a não estar explicado o remanescente da verba de €90.000,00, que deveria estar projetada para a reabilitação do Forte de Santa Apolónia, devendo estar alocado a rúbricas referentes à reabilitação, e não nouro tipo de rúbricas de equipamentos. Questionou o porquê de a verba que vinha alocada a um projeto estava dispersa por várias rúbricas e não somente alocada à rúbrica a que se destinava. -----

– Proposta nº45/2017 – 2ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano para 2017 --
– *Aprovada por Maioria – Votos a favor:* PS e PAN; *Abstenção:* PSD, PCP, BE e CDS/PP. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação a Ata-Minuta do presente ponto. -----

– *Ata-Minuta Aprovada por Unanimidade* -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia indicou que se encontravam abertas as inscrições para a realização das Declarações de Voto. -----

O Membro do PCP, **Daniel Oliveira**, indicou que a grande preocupação do PCP relativamente ao presente ponto era, efetivamente, a questão levantada sobre as verbas referentes ao Forte de Santa Apolónia. As explicações dadas na Reunião da Comissão de Líderes tinham sido satisfatórias, sendo a conservação do daquele espaço uma preocupação do PCP, quer em termos de segurança quer em termos de preservação do património do monumento. A distribuição das verbas constituía, no entanto, uma preocupação, podendo colocar em causa a realização do projeto, podendo a Junta ser onerada por algo que não era da sua responsabilidade, daí a abstenção do PCP. -----

O Membro do PSD, **Afonso Pereira Costa**, indicou que o PSD se tinha absterido na votação visto que a Senhora Presidente da Junta de Freguesia não tinha respondido às questões colocadas. -----

----- **PONTO NÚMERO NOVE** -----

Relatório Semestral sobre a situação económica e financeira da Junta de Freguesia da Penha de França relativo ao período compreendido entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2017 -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, indicou que era um documento meramente apreciativo, elaborado pelos ROCs. -----

----- **PONTO NÚMERO DEZ** -----

Proposta nº46/2017 – Orçamento e Opções do Plano para 2018 -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, indicou que, tal como já previamente explicado, a questão relativa aos Recursos Humanos era a única coisa importante e diferente, pelo facto de estar vertida naquele Orçamento a

regularização da situação dos trabalhadores precários. E, de acordo com informações prestadas na Reunião da Comissão de Líderes, encontrava-se, também, vertida a compra do transporte solidário, tendo em conta que o mesmo tinha vindo da Câmara Municipal em regime de leasing. Uma vez que o contrato de locação financeira iria chegar ao fim, e tendo em conta eu o valor da viatura era de €22.000,00, e tinha cerca de 15000km, era um preço vantajoso e em condições impossíveis de encontrar no mercado, estando o Orçamento dotado para a aquisição dessa mesma viatura, não afetando a continuidade do Projeto do Transporte Solidário. -----

Chamava, também, à atenção de que o Orçamento estava dotado para a execução das Propostas vencedoras quer do Orçamento Participativo da Freguesia, quer do Orçamento Participativo das Escolas. -----

Deu as notas que achava pertinentes, sem prejuízo das explicações mais técnicas que seriam dadas pelo Senhor Tesoureiro. -----

O Senhor Tesoureiro da Junta de Freguesia, **Manuel Duarte**, saudou os presentes, indicou que o Orçamento para 2018 se baseava nos valores recebidos no ano de 2017, com base na Lei nº56/2012, que se cifrava em €2.351.688,00, adicionando as receitas do FFF e outras receitas da Junta, como era o caso de impostos diretos e indiretos e de outras taxas que eram aplicadas. -----

Indicou que os €90.000,00 provenientes do Protocolo de Delegação de Competências para o Forte de Santa Apolónia estavam garantidos para o ano de 2018. O remanescente do Projeto, os €60.000,00, encontravam-se como receitas de capital. Também se encontravam consignados, por ainda não terem recebido, o restante valor dos Protocolos de Delegação de Competências, no valor de cerca de €141.000,00. -----

Informou que tinha havido uma alteração a nível das orgânicas, passando de 11 para 8, tendo havido contenção nas orgânicas da Gestão Territorial, ajustando-se a diminuição ao tipo de organização existente atualmente. Estas alterações diminuía a necessidade de fazer constantes alterações ao Orçamento, havendo a concentração de rubricas iguais. -----

Aguardaria a colocação de dúvidas e questões. -----

O Membro do PSD, **Afonso Pereira Costa**, numa análise geral congratulava o Executivo por não ter aberto uma rubrica 16, o Saldo de Gerência, tal como anteriormente. Relembrou o debate do ano anterior com o Saldo de Gerência incluído no Orçamento inicial, não o tendo incluído no presente Orçamento, o que a seu ver era bem feito. -----

No entanto, havia algo relativo ao Forte de Santa Apolónia que estava bem explicado. Estavam previstos €113.000,00, e assumindo que €37.000,00 eram para estudos e pareceres para gastar em 2018. A verba indicada deveria de estar incluída nas transferências de capital, como verba consignada que era, e não estava, a não ser que viesse no Saldo de Gerência. -----

Relativamente ao PPI, que indicava a previsão de reabilitação do Caminho do Alto do Varejão, questionava se valor do mesmo, sendo um Protocolo de Delegação de Competências, já se encontrava previsto nos €141.000,00. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, respondeu afirmativamente, indicando que o valor ainda não tinha sido pago. -----

O Membro do PSD, **Afonso Pereira Costa**, indicou que, por uma questão de transparência, e tendo em conta que estavam a aprovar mais a receita do que a despesa, o valor do Protocolo referente ao Forte de Santa Apolónia deveria de constar nas Transferências de Capital, no seu total, a não que já tenha sido pago algum estudo ou parecer, devendo estar designados os vários projetos com transferência de verbas camarárias. Indicou que o valor de €210.000,00 de transferências de capital da Administração Local, da CML, se tornava pouco perceptível a sua distribuição pelos diversos projetos. Os vários projetos deveriam de estar separados para que fosse compreendido o valor era atribuído a cada um. -----

Referiu também que estava previsto um gasto de €1.942.350,00 em despesas com pessoal, no ano de 2018, tendo a verba do ano transato sido bastante superior. Questionou se estava refletido no Orçamento todo o pessoal ou estavam à espera de reforçar as rubricas quando houvesse Saldo de Gerência. -----

Comentou o gasto excessivo de €88.000,00 em eletricidade e €80.000,00 em publicidade, sendo uma descida do valor comparativamente com o ano transato, mas continuava a ser um valor muito elevado gasto em publicidade. -----

Questionou sobre os €105.000,00 em encargos de cobrança de receitas. -----

O Senhor Tesoureiro da Junta de Freguesia, **Manuel Duarte**, indicou que eram apenas €2.500,00 para encargos de cobrança de receitas, encontrando-se os €105.000,00 em “Outros” para trabalhos especializados que ainda não se encontrassem nos artigos próprios, servido a rúbrica “Outros” para efetuar os pagamentos. -----

O Membro do PSD, **Afonso Pereira Costa**, salientou que “Outros” era a maior rúbrica do Geral, excetuando os salários. -----

Terminou deixando a nota de que que tinham em mãos um Orçamento inicial com cerca de €1.700.000,00 inferior ao do ano transato, referindo-se ao valor global de 2017,

O Senhor Tesoureiro da Junta de Freguesia, **Manuel Duarte**, indicou que no Orçamento de 2017 estavam incluídos Protocolos de Delegação de Competências, no valor de cerca de €888.000,00. -----

O Membro do PSD, **Afonso Pereira Costa**, referiu que tinham era tido um Saldo de Gerência gigante, que tinha sido gasto. -----

O Membro do CDS/PP, **Pedro Cardoso**, indicou que teria todo o gosto em debater o Orçamento e o Plano, mas não queria deixar passar em silêncio o facto de não ter sido dado o Estatuto de Direito à Oposição, não havendo, pelo que parecia, qualquer matéria que quisessem ver com o CDS/PP, em tempo útil. Indicou que o CDS/PP estava inteiramente disponível para trabalhar com o Executivo, e com as restantes Bancadas, ao longo do ano, e em próximos planos, participando ativamente e dando o seu contributo. Referiu que também o CDS/PP tinha tido um Plano Eleitoral sufragado, com as suas ideias próprias, e era extremamente positivo ter espaço de debate em tempo útil e não no cumprimento exclusivo de calendário. Visto isso, o CDS/PP não se iria pronunciar sobre o ponto em discussão. -----

O Membro do PCP, **Daniel Oliveira**, gostava de deixar algumas notas sobre o Orçamento e sobre as Opções do Plano. -----

Em primeiro lugar, também considerava que a discussão não tinha sido, nem de perto nem de longe, a ideal, não tendo havido qualquer tipo de discussão, tendo o prazo de envio dos próprios documentos bastante apertado. O PCP compreendia as dificuldades que estavam por de trás da elaboração de documentos daquela índole, mas também o PCP estava com vontade de poder participar, sabendo que uma discussão conjunta, conhecendo, talvez, cada Membro uma área diferente da realidade local da Freguesia, tendo todos algo a contribuir. Lamentava que não tivesse havido tempo útil para ter debatido e apresentado propostas ao Executivo que pudessem vir a estar vertidas naquele Plano. -----

Reconhecia algumas das boas intenções do Plano, mas o rumo estratégico traçado já desde o mandato anterior, e tão criticado pelo PCP durante a Campanha Eleitoral, vinha a ser seguido, continuando a haver poucas iniciativas, e muito dispersas, nas áreas da Cultura e Desporto, tendo vindo um grupo de teatro que deu tão boa conta de si mesmo, em termos de produção cultural, uma das grandes falhas da Freguesia, e que se queixou das incertezas e dificuldades de continuar com o seu trabalho. O envolvimento do Movimento Associativo, na Cultura e no Desporto, não era tomado em prática. Sendo um documento meramente estratégico em algumas partes, aceitava que não fossem definidas indicações concretas, sendo, no entanto, extremamente concreto noutras áreas. Para o PCP, essa falta de indicação explícita indicava que não haveria uma grande aposta nesse sentido. -----

Relativamente às atividades e projetos a realizar na Quinta do Lavrado, algo que considerava positivo, considerava, no entanto, que a visão da realidade era desfasada da realidade da que era encontrada no terreno. -----

Alertou para o facto de certas indicações e referências estarem a ser aplicadas e generalizadas, colocando o ónus da responsabilidade das mesmas em quem, por vezes, não merecia, sendo necessário ter algum cuidado com determinadas terminologias. -----

Relativamente às indicações sobre as atividades a realizar no Mercado de Sapadores, e tendo em conta os rumores e intenções para o espaço, solicitava mais informações sobre o futuro do Mercado. Gostaria de saber se sempre iriam ser lá instalados, a longo

prazo, serviços de saúde, e para onde concretamente, e como iria afetar os serviços de saúde que davam apoio à Freguesia. -----

Referiu, com alguma preocupação, que existiam elevadas verbas alocadas ao reordenamento do estacionamento, sabendo que algumas estavam agregadas a Protocolos de Delegação de Competências, mas tal como indicado pela Senhora Presidente e pelo Senhor Tesoureiro, não havia ainda a certeza do recebimento imediato daquele valor em 2018. O PCP preocupava-se, de sobremaneira, que fossem gastas centenas de milhares de euros em reordenamento de estacionamento, e relembrou uma resposta da Senhora Presidente, numa Sessão anterior, que parte do que tinha sido feito na Rua Heliodoro Salgado tinha sido uma espécie de um adiantar de trabalho para a mais célebre instalação da EMEL na Freguesia. O PCP preocupava-se com o facto de a Junta estar a realizar obras, cujo valor iria demorar a reaver, e que iriam servir para uma exploração quase lucrativa por parte da EMEL. Era uma preocupação grande e dava quase a ideia de que a Junta estaria a subsidiar a exploração negocial da parte da EMEL.-----

Outra grande preocupação para o PCP era o facto de não estar uma vez sequer referida a palavra “piscina” nas Grandes Opções do Plano, nas suas 49 páginas. Entendia que o Executivo não tivesse muito a dizer, tendo em conta a informação prestada anteriormente, mas era preocupante que 2018 viesse a ser mais um ano em que nas Grandes Opções do Plano não aparecesse a palavra “Piscina”. Percebia o facto de não poder ser colocado um “*vamos reabrir a piscina em 2018*”, algo que já tinha sido feito e que claramente não o deviam ter feito, mas pelo menos para haver uma percepção de que estava a haver mobilização e estava a ser algo feito para ser aberta a piscina. Estava consciente de todas as implicações envolvidas, mas o que a população queria, naquele caso específico, era a Piscina aberta. -----

Havia, efetivamente, muita coisa a criticar naquele Plano, ficando a nota de que a vontade do PCP era de participar, de discutir, de apresentar, e esperava que, num futuro muito breve, houvesse melhor oportunidade de o poder fazer. -----

O Membro do BE, **Rui Seixas**, indicou que a Bancada do Bloco de Esquerda pretendia discutir abertamente os dois documentos, mas reiterava a ideia de que, dado o

extenso número de Pontos de Ordem da Reunião, catorze, tinha sido algo complexo ler todos os documentos para poder fazer uma crítica construtiva e poder trabalhar em colaboração com o Executivo para uma melhoria das condições de vida da População da Freguesia. -----

Dado o adiantado da hora, questionava a Mesa se o Ponto não poderia ser discutido numa outra Sessão ou se poderia colocar todas as suas questões, que eram algo extensas.

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia indicou que a discussão do ponto não iria ser interrompida. -----

O Membro do BE, **Rui Seixas**, relativamente às Opções do Plano, e mais concretamente ao silo automóvel, questionava o Executivo se a única opção de mobilidade dos transportes seria apenas com um silo para a Freguesia. -----

[Interrupção na gravação áudio – limite de 3 horas de gravação] -----

[em falta – cerca de 35m] -----

[Início da gravação do segundo ficheiro áudio] -----

O Membro do PSD, **Afonso Pereira Costa**, indicou que o PSD se sentia preparado para a votação, mas que na verdade a Assembleia tinha estado a discutir um documento no equívoco. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia indicou que o Técnico tinha prestado todos os esclarecimentos. -----

O Membro do PSD, **Afonso Pereira Costa**, lembrou que tinha levantado a questão em Comissão de Líderes, no dia anterior, e indicou que não se iria atrasar a aprovação do Orçamento devido à presente situação. No entanto, tinha congratulado o Executivo por não ter incluído o Saldo de Gerência, achou estranho estar no PPI o valor global de algo que ainda não tinha transitado e que iria ser votado naquela mesma Assembleia no Relatório de Contas. Estariam a admitir que quem votasse favoravelmente aquele documento estaria a admitir que em abril aprovava o Relatório de Contas. Tinham voltado à mesma situação verificada no ano transato. Se tecnicamente não estava errado, e não iria discutir essa questão com o contabilista, visto não ser essa a sua função, e a sua função era política, mas nos documentos que lhe tinham sido enviados, tanto digitalmente como em papel, não se encontrava introduzia a rúbrica 16. Tinha iniciado a

sua intervenção por saudar, e tinha saudado em Comissão de Líderes, e tinha-lhe sido indicado que, tendo em conta as questões levantadas pelo PSD no ano transato, o Executivo tinha optado por não incluir a rubrica 16 – Saldo de Gerência – no Orçamento. A sua existência alterava, de imediato, o sentido de voto do PSD, como seria óbvio. O sentido de voto deveria ser um sentido de voto esclarecido. E servindo já de Declaração de Voto, o PSD iria votar contra pela continuação da introdução do Saldo de Gerência no Orçamento inicial, uma vez que o PSD não passava cheques em branco a Relatórios de Contas. -----

A Senhora Presidente da Mesa colocou à votação os dois documentos separadamente. -----

– **Proposta nº46/2017 –Orçamento e Opções do Plano para 2018** -----

– **Orçamento** -----

– **Aprovada por Maioria – Votos a favor:** PS; **Votos contra:** PSD, PCP e CDS/PP;
Abstenção: BE e PAN. -----

– **Opções do Plano para 2018** -----

– **Aprovada por Maioria – Votos a favor:** PS; **Votos contra:** PCP e CDS/PP;
Abstenção: PSD, BE e PAN. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação a Ata-Minuta do presente ponto. -----

– **Ata-Minuta Aprovada por Unanimidade** -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia indicou que se encontravam abertas as inscrições para a realização das Declarações de Voto. -----

O Membro do PSD, **Afonso Pereira Costa**, indicou que o PSD tinha votado contra o Orçamento visto o mesmo tinha sido fornecido de uma forma incorreta e que transparecia ser um documento ilegal, visto que a receita tinha de bater com a despesa, e o PSD era frontalmente contra a incorporação do Saldo de Gerência no Orçamento Inicial e antes da sua aprovação no Relatório de Contas, apesar de ser um documento previsional e tecnicamente ser permitido, o PSD achava que ética e politicamente o documento estava errado. -----

O Membro do BE, **Rui Seixas**, indicou que o BE se tinha absterido na votação de ambos os documentos, por acharem os esclarecimentos prestados insuficientes, tanto pela Junta como pelo Técnico, sendo da opinião de que a discussão daqueles documentos deveria ter passado para uma reunião extraordinária. Devido às irregularidades que observavam no Orçamento, não tinham material suficiente, nem atempadamente, para o conseguir discutir. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia solicitou a aproximação da Mesa dos Líderes e da Junta. -----

Após conferência com os Líderes das Forças Políticas e com a Junta, cumprido o Regimento, foi deliberado, por unanimidade, continuar a reunião, dados os pontos ainda em falta. -----

----- PUNTO NÚMERO ONZE -----

Proposta nº50/2017 – Regulamento do Programa de Orçamento Participativo da Freguesia da Penha de França -----

O Membro do BE, **Rui Seixas**, desejava congratular o Executivo pela realização do Orçamento Participativo, e pelo Regulamento que tinha lido, dada a abrangência alargada do mesmo, e pelo montante alocado ao mesmo, desejando um aumento gradual do valor, em anos vindouros, permitindo a participação da população numa intervenção direta na Freguesia. -----

O Membro do PCP, **Daniel Oliveira**, indicou que o mesmo não era a solução ideal para a participação da população, havendo outras formas mais continuadas e mais sustentáveis de o fazer, ainda assim gostaria apenas de fazer uma pequena recomendação, para possíveis revisões futuras do mesmo, sendo a opinião do PCP de que um Regulamento de Programa de Orçamento como o que estavam a discutir deveria ter mais claras as formas de divulgação e a força que a divulgação de uma ferramenta daquelas deveria ter, o que não consideravam ter, bem como devia clarificar as formas de votação naquele mesmo Programa. -----

– Proposta nº50/2017 – Regulamento do Programa de Orçamento Participativo da Freguesia da Penha de França; -----

– Aprovado por Unanimidade. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação a Ata-Minuta do presente ponto. -----

– *Ata-Minuta Aprovada por Unanimidade* -----

----- PUNTO NÚMERO DOZE -----

Proposta nº51/2017 – Verificação da conformidade dos requisitos relativos ao exercício de funções dos Membros da Junta de Freguesia da Penha de França -----

O Membro do PSD, Afonso Pereira Costa, indicou que o PSD não se oporia à proposta da Senhora Presidente, mas, no entanto, considerava um dos Membros, que não o Maycon, não tinha idoneidade suficiente para exercer a função. -----

----- PUNTO NÚMERO TREZE -----

Proposta nº24/2017 – Protocolo entre a Freguesia da Penha de França e a Tico & Teco – Associação de Luta e Prevenção contra o Abandono Animal -----

O Membro do BE, *Rui Seixas*, colocou algumas questões relativamente ao Protocolo, nomeadamente o porquê daquela Associação, e não uma outra localizada mais perto da Junta ou até dentro da Freguesia, tendo em conta que a mesma se localizava no Cartaxo. Tinha, também, lido recentemente que havia dificuldade na alimentação dos animais nesta Associação. Questionava, tendo em conta que o Protocolo previa o transporte dos animais para a Tico & Teco, se os animais da Penha de França tinham condições diferentes de outros animais, e se estava garantida a alimentação dos mesmos. -----

Em relação à clausula 3, apenas mencionava a desparasitação, e era de sua opinião ser importante falar de vacinação no ponto de vista epidemiológico e de saúde pública, e sobre a clausula 4, questionou se os cuidados por animal no valor de €25,00, era o suficiente para todos os cuidados médico-veterinários, uma vez que a comida, bebida e vacinação acreditava superar aquele valor e, caso superasse, como é que conseguiam, efetivamente, tratar dos animais. -----

O Membro do PSD, *Afonso Pereira Costa*, iria fazer a Declaração de Voto do PSD, sendo um tema que gostaria de debater dentro da questão animal, indo, no entanto, o PSD abster-se na votação daquela Proposta, visto achar que seria possível acharem soluções várias, dentro da Cidade de Lisboa, apesar de ser dito que não existem. No

entanto, o PSD também achava, não-demagógicamente, que era uma verba bastante avultada para a manutenção dos gatos. Não querendo obstaculizar, o PSD iria-se abster dada a preocupação com os animais. Mas comparando com o valor gasto por pessoa com o Fundo de Emergência Social na Freguesia, numa verba anual no valor de €250,00, iriam ser gastos €300,00 anualmente para a manutenção de um gato na Associação Tico & Teco. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, em resposta às questões colocadas pelo BE, tendo recebido as mesmas informações, presumia que as condições para os animais indicados pela Junta de Freguesia seriam diferentes, mas iria questionar diretamente a Associação sobre as questões colocadas. O valor protocolado era o valor pedido pela Associação e que, presumivelmente, cobriria os custos. Iria questionar a Associação, esperando que os animais fossem bem tratados. -----

– **Proposta nº24/2017 – Protocolo entre a Freguesia da Penha de França e a Associação Tico & Teco – Associação de Luta e Prevenção Contra o Abandono Animal** -----

– **Aprovado por Maioria – Votos a favor:** PS, PCP, CDS/PP e PAN; **Abstenção:** PSD e BE; -----

O Membro do BE, **Rui Seixas**, declarou que o BE estava preocupado com a causa animal e ficariam contentes com o presente Protocolo assim que o pedido de esclarecimentos fosse satisfeito. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação a Ata-Minuta do presente ponto. -----

– **Ata-Minuta Aprovada por Unanimidade** -----

----- PONTO NÚMERO CATORZE -----

Proposta nº28/2017 – Celebração de Protocolo entre a Freguesia da Penha de França e a Escola António Arroio -----

– **Aprovada por Unanimidade** -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação a Ata-Minuta do presente ponto. -----

– **Ata-Minuta Aprovada por Unanimidade** -----

A Senhora Presidente da Mesa congratulou-se por terem conseguido chegar ao fim de uma tão longa Ordem de Trabalhos e desejou aos presentes um Bom Natal e um 2018 muito melhor que 2017. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, deu por encerrada a Reunião pelas zero horas e cinquenta e oito minutos, da qual se lavrou a presente Ata que vai ser assinada por mim, funcionário desta Autarquia, pela Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia. -----

O Funcionário



Alexandre Ribeiro

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia



Maria Luísa Rodrigues das Neves Vicente Mendes

O Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia



Nuno José Simões Carvalho

Ata Aprovada por Maioria em 23/04/2018 – Votos a favor: PS, PSD e CDS/PP; Votos contra: PCP; Abstenção: BE e PAN;